

# A cartografia e a pesquisa literária: do gabinete às comunidades e às ruas<sup>1</sup>

Aleamar Rena\*

## Resumo

Este artigo investiga a possibilidade de lançarmos mão da metodologia da pesquisa cartográfica no contexto da pesquisa da literatura periférica, marginal e outras expressões literárias e artísticas vinculadas à rua e aos coletivos urbanos. Apoiamo-nos nas discussões em torno da metodologia cartográfica proposta por pesquisadoras como Virgínia Kastrup e Eduardo Passos, e no conceito de mapa, de Deleuze e Guattari, presente na obra **Mil platôs**.

Palavras-chave: Pesquisa extensão literária. Método cartográfico. Literatura marginal. Literatura e rua.

## Cartography and Literary Research: From The Office to The Communities and The Streets

### Abstract

This article investigates the possibility of using the cartographic research method to study peripheral and marginal literature and other literary and artistic expressions related to urban spaces and urban collectives. To this end, we discuss the cartographic method, proposed by researchers such as Virginia Kastrup and Eduardo Passos, and the map concept, put forward by Deleuze and Guattari in **A thousand plateaus**.

Keywords: Literary research. Cartographic method. Marginal literature. Street literature.

Recebido: 25/02/2018

Aceito: 02/04/2018/

---

\* Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

<sup>1</sup> Este artigo é produto da pesquisa “Cartografias emergentes da cultura”, realizada com auxílio das bolsas FAPESB/UFSB, na Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, BA.

## Parte 1

Ora, o desejo então seria, exatamente, essa produção de artifício. E o movimento do desejo – ao mesmo tempo e indissociavelmente energético (produção de intensidades) e semiótico (produção de sentidos) – surge dos agenciamentos que fazem os corpos, em sua qualidade de vibráteis: *o desejo só funciona em agenciamento*. (Suely Rolnik. Cartografia Sentimental)

A rua é o espaço do encontro e da interação por excelência, marcada pelas transformações do tempo, da comunidade, pelos jogos de rememoração e construção de um futuro possível. O cenário da infância, da descoberta do outro, das brincadeiras em bandos, do canto e da diferença. É o espaço da experiência sensorial, dos cheiros, sons e fachadas familiares que nos redime a uma experiência do comum e da diferença. Ou, pelo menos, tudo isso é o que aspiramos que a rua seja. A infeliz verdade é que as ruas das cidades contemporâneas estão mais e mais sendo tomadas pelo medo, pela violência, pela velocidade, pelos serviços comerciais, pela propaganda, pela abstração financeira e pelo isolamento em redes móveis.

A rua já não é mais o refúgio burguês do passante ou do *flâneur* ambulante, como fora romanticamente compreendida pela cidade moderna; ela se tornou, agora em definitivo, o espaço abstrato por onde os produtos, a economia e o lucro circulam. E ainda assim, nos redutos da resistência a essa usurpação do comum, as rosas continuam a florescer no asfalto. Como bem o sabia Drummond, a rosa que no asfalto nasce vai, em seu simbolismo melancólico, muito além daquelas abrigadas pelo panteão dos grandes. Ela é a rosa cuja cor não se percebe, as pétalas não se abrem e o nome não está nos livros. É também a rosa da cotidianidade, do “qualquer homem / ao meio-dia em qualquer praça” (ANDRADE, 2012, p. 13-14), isto é, uma rosa menor, nos termos filosóficos que Gilles Deleuze e Félix Guattari para ela reservariam. Voltaremos a esse “menor” adiante.

Num artigo intitulado “A rua, analisador da sociabilidade”, Adriano Duarte Rodrigues observa que, de fato, aquilo que outrora conferia à rua a sua plenitude “era a troca da palavra viva, a narração da experiência, processo de que cada um é, ao mesmo tempo, credor e devedor, de acordo com a lógica da sociabilidade” (RODRIGUES, 2014, p.38-39). O ocaso da experiência da rua corresponde diretamente

à sua substituição pela lógica própria do mercado que regula a informação, a palavra efêmera do presente, de uma temporalidade cortada de qualquer amarra à experiência que acorda as vivências do passado comum e que projeta no futuro as promessas da nossa experiência atual (...). A lógica da informação, de discursos feitos para serem consumidos, de acordo com as estratégias mercadológicas da atualidade, de discursos destinados a ser esquecidos no próprio instante do seu consumo, de acordo com o ritmo do funcionamento de dispositivos midiáticos, parece assim desenrugar, alisar o território da experiência da rua. (RODRIGUES, 2014, p. 38-39)

Não obstante todo o vazio deixado pelo ocaso desta experiência coletiva, temos observado, principalmente entre comunidades marginalizadas, um exercício contundente de resgate da palavra impressa, oral e performativa da poesia, um exercício muitas vezes realizado junto das ruas, ressignificando seu sentido de partilha que já nos parecia intangível. A experiência coletiva e social da oralidade poética nas “quebradas” das grandes cidades (mas também em comunidades indígenas, quilombolas, etc.) ganha tração em suas variadas formulações. Longe dos universalismos da crítica e para além dos academicismos, essas comunidades vêm construindo alternativas linguísticas próprias em um contexto de valoração estética distante dos atributos ainda em voga nos centros de pesquisa, como harmonia formal, beleza, originalidade, complexidade intertextual e domínio dos gêneros. Em lugar desses paradigmas herdados da modernidade europeia, as produções linguísticas marginais parecem lançar mão de uma palavra voltada para a reconstituição da comunidade e para a resistência à violência a que estão diariamente expostas.

É nas zonas de indiscernimento dos modos de expressão daquilo que ainda temos chamado de literário, modos estes que extrapolam o significante e o próprio conteúdo do que é dito, que a poesia da periferia, assim como outras manifestações performáticas na metrópole latina – como o pixo ou os Duelos de MCs – pode ser lida. Mas como deve a crítica e a pesquisa acadêmica lidar com esse espaço liso (DELEUZE e GUATTARI), muitas vezes sem obras ou objetos, desenhado todos os dias pelo êxodo dos poetas e oradores da multidão, senão voltando-se para os processos de reconfiguração dos edifícios existenciais e sociais ou para a “heterogênese ontológica” (cf. GUATTARI) que esses encontros linguísticos colocam em curso?

Em seu artigo “Literatura marginal: questionamentos à teoria literária”, Rejane de Oliveira observa, com muita propriedade, que o fazer literário nesse contexto está intrinsecamente ligado às transformações das formas sociais da produção estética e linguística. Como havia advogado Walter Benjamin, no ensaio “O autor como produtor”, de 1930, as convicções políticas apresentadas na superfície do texto literário não são tão importantes, do ponto de vista do engajamento, quanto as formas de produção possíveis ou geradas no contexto de sua realização: “a tendência política”, dirá Benjamin, “por mais revolucionária que pareça, está condenada a funcionar de modo contrarrevolucionário enquanto o escritor permanecer solidário com o proletariado somente no nível de suas convicções, e não na qualidade de produtor” (BENJAMIN, 2012, p. 135).

A renovação das formas da produção literária estaria, nesse sentido, mais próxima de um fazer revolucionário do que a própria renovação espiritual que, presa à esfera de uma fruição burguesa isolada dos processos produtivos, poderia apenas replicar os modelos de produção capitalista e nada propor como intervenção. Desse modo, para Oliveira,

a maneira orgânica como os escritores da periferia articulam o seu fazer literário com a própria experiência de viver no espaço periférico demonstra o alcance teórico das ideias de Benjamin, mesmo em outro contexto e condições bastante específicas. Essa literatura não fornece apenas um repertório de técnicas literárias, mas transforma-se em uma ferramenta para a organização da vida individual e coletiva, uma ‘estratégia de ação’, ultrapassando a concepção estabelecida de literatura como bem espiritual, fonte de ‘ilustração’ e prazer desinteressado. (OLIVEIRA, 2011, p. 35)

Como notam ainda Pâmela Fontoura e seus colegas organizadores do Sarau de Cultura Negra Sopapo Poético<sup>2</sup>, de Porto Alegre, é preciso pensar a marginalidade literária não como “opção estilística contracultural, mas como internalização formal dos fatores externos à obra, isto é, da marginalidade produtiva, distributiva e consumidora da literatura negra brasileira determinada pela condição do grupo social que escreve” (FONTOURA; SALOM; TETTAMANZY, 2016, p. 159).

Se a forma ou o conteúdo destas manifestações linguísticas ainda importam, eles são indicativos vazios se não levamos em conta as condições geopolíticas, sociais ou potencialmente mutantes de subjetividades e modos de estar juntos que o corpo a corpo poético coloca em jogo. Se, outrora, tratava-se de ver tais reconstituições do existencial a partir, ou melhor, derivando-se da constituição poética (a superfície dos textos e seus conteúdos espirituais), não há talvez chegada a hora, tendo em vista o exemplo da poesia e das narrativas marginais, de se compreender, também, o poético tendo por base, e fundamentalmente tendo por base, as reconstituições existenciais que ele coloca em cena?

Não há, nessas poéticas e performances das margens, uma convocação de cunho político para a aproximação entre pensamento e ação, que se manifesta de forma ainda mais contundente na

---

2 De acordo com o blog do grupo, o sarau SOPAPO POÉTICO – Ponto Negro da Poesia – “é realizado pela ANdC (Associação Negra de Cultura) desde 2012, de março a novembro, sempre na última terça-feira do mês em Porto Alegre/RS. A exemplo de outros saraus afro-brasileiros, o encontro celebra o protagonismo negro, em uma roda de atuações, reflexões e de convivências afrocentradas”. Cf. <<http://sopapopoetico.blogspot.com.br>>. Acesso em 28/01/2018.

urgência do atual momento de crises e recrudescimento global do conservadorismo? Por outro lado, quais são hoje as pistas disponíveis para uma certa pesquisa-rua, uma pesquisa-intervenção que se quer não somente observadora, mas atora, engajada na construção coletiva do real<sup>3</sup>?

## Parte 2

Em nossas experiências de pesquisa e extensão, temos dado um espaço importante à pesquisa com comunidades. Em muitas frentes, temos nos dedicado a compreender os caminhos abertos no âmbito do que tem sido chamado de “pesquisa cartográfica” por pesquisadoras como Virginia Kastrup, Suely Rolnik, Eduardo Passos, Roberta Romagnoli, entre muitos outros.

A Cartografar, e não decalcar o real no *a priori* do método, já nos convidavam Deleuze e Guattari. O mapa se opõe ao decalque, ao modelo pré-estabelecido, e a compreensão de seu sentido nos serve como ponto de partida para a compreensão da cartografia enquanto método. O mapa aqui não se refere ao antigo paradigma positivista da representação do espaço geofísico, mas, muito ao contrário, está inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real, em sua construção em meio a elementos heterogêneos que podem, contudo, achar um plano comum de ação e composição. Em uma recente entrevista à revista *Indisciplinar* (UFMG), Virgínia Kastrup observa que é preciso definir

uma maneira de trabalhar com participantes de pesquisas que têm uma dimensão participativa, que têm uma dimensão de trabalho com pares (...). Qual é o tipo de relação que eu vou ter com eles, vou estudar de fora, ou vou produzir um conhecimento coletivamente, vou pensar com eles? Vou chegar com um saber superior, universitário, achando que vou simplesmente ensinar alguma coisa ou extrair alguma coisa que levarei para casa, ou vou produzir coletivamente? Estas são questões de políticas de pesquisa das quais não podemos abrir mão. (RENA et. al., 2016, p. 22-23)

A “metodologia, quando se impõe como palavra de ordem”, escreve Kastrup em outro texto, “define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica”, explica Kastrup: “transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. (KASTRUP, 2009, p.10). Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – “um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude” (idem).

Mas não é apenas de experimentação da reflexão que se trata a cartografia. No caso da pesquisa em literatura periférica ou marginal, está em jogo toda uma mudança de postura da prática poética que implica encararmos frontalmente uma lacuna de ordem política na pesquisa tradicional. Ao trocarmos os polos *meta-caminho* por *caminho-meta*, permitimos a inclusão dos sujeitos coletivos integrantes dos processos estudados na própria pesquisa e na definição da meta. A meta passa a ser, agora, uma construção plural, protagonizada também pelos sujeitos coletivos. O que daí se resulta é um agenciamento no plano de uma busca comum, de interesses e construção da realidade partilhados.

Em seu seminal **Vozes marginais na literatura**, Érica Peçanha nos narra sobre os desafios de se aproximar das escritas marginais pelo método tradicional, isto é, pelo que chamamos aqui de meta-caminho. A legítima desconfiança das periferias com os sistemas tradicionais de produção de sentido,

3 Corrirei o risco de ser acusado de estar propondo o abandono dos estudos literários como tal, em prol de estudos meramente sociológicos. Mas a proposta é mais radical: é precisamente pensar o paradigma estético tendo por base a relação, ou melhor, a produção estética e sensível tendo por base uma partilha no âmbito da comunidade. Um paradigma que implica, na mesma medida e sem hierarquias, o estético, o político e o ser-em-comum.

conhecimento e, em última instância, valor, faz com que os escritores e artistas frequentemente evitem o contato com o pesquisador que os coloca no lugar do objeto, isto é, de uma meta definida a priori segundo os interesses dos “centros”, ou melhor, da instituição e do pesquisador.

A demanda é, repetidamente, a mesma: “não queremos ser objetos de uma pesquisa que apenas alimenta o sistema e permite com que existamos porque esse mesmo sistema nos permitiu existir. Não queremos que a voz nos seja dada. Nós já temos voz”, parecem reclamar os artistas da periferia. Ou, como teria dito certa vez Ferréz, “olhamos para o lado, não para cima”.

Em **Vozes marginais na literatura**, Peçanha relata sua aproximação a Ferréz, que à época despontava no cenário da escrita periférica após a organização das famosas edições sobre a literatura marginal da revista **Caros Amigos**. Nas diversas tentativas de entrevista com o escritor, a fim de compilar dados para sua pesquisa de dissertação, por volta de 2005, a resposta de Ferréz a Peçanha era sempre a mesma: qual é “o interesse de uma estudante da USP em investigar a produção literária da periferia?”, “no que [esse] trabalho poderia beneficiar os escritores?” (PEÇANHA, 2009). Érica nos fala desse mesmo impasse ao se aproximar de Sérgio Vaz, outro escritor, já naquela época de renome no cenário cultural da periferia de São Paulo. Segundo ela, Vaz justificou seu posicionamento reticente “com o argumento de que é preciso que os intelectuais estabeleçam contato com sujeitos periféricos e frequentem seus espaços sociais para ter legitimidade de escrever sobre eles”.

Essa postura do artista ou do escritor que resiste em ser visto como objeto linguístico passível de ser “explicado” por alguém que pouco viveu do complexo fenômeno social no qual sua arte está inserida, lança a pesquisa da literatura em direção a um horizonte de investigação inteiramente diverso daquele que outrora ganhou amplo espaço nas academias com os Estudos Culturais. Diferentemente destes, a investigação nas condições atuais parece exigir um outro leque de procedimentos e estratégias. Longe de *dar a voz*, estamos diante de uma demanda por intervenção direta no real, cocriação do sentido, e, por fim, construção de um outro espaço de produção estética e epistemológica, em que o periférico deve *protagonizar a narrativa de sua própria condição*.

Somadas às recentes estratégias de inclusão por cotas nas universidades públicas no Brasil, a pesquisa no campo das Ciências Humanas, da Literatura e das Artes pode se inclinar a uma significativa renovação.

Recentemente, numa pesquisa que desenvolvemos com alguns artistas de rua de Porto Seguro (BA), ouvimos algo intrigante de um dos artistas de um bairro periférico, que não percebeu, no processo, o valor da pesquisa que desenvolvíamos para o fomento de sua arte. A certa altura, quando combinávamos uma visita ao *campus* de nossa universidade, ele nos interpelou: “mas quanto receberemos para participar desse processo de criação coletiva?”.

São situações que, ao mesmo tempo em que demonstram o amadurecimento político da classe artística das periferias, mais segura de seu valor e de seu espaço nas comunidades nas quais estão diretamente implicadas, nos colocam o desafio de aprender a construir não *sobre* artistas, mas *com* eles, de modo que haja ali um interesse comum que, apesar das diferenças implicadas, saiba definir um conjunto de práticas e ações que abrace a todos os envolvidos. Kastrup nos lembra de que, para que haja participação, “é preciso que haja experiência de pertencimento”. É preciso que os participantes queiram na pesquisa se engajar. Sem isso, “a participação, no sentido forte do termo, não acontece, restando uma participação mitigada” (KASTRUP et. al., 2014, p. 28).

No caso de nosso trabalho com os artistas em Porto Seguro, assentamos com eles e conversamos novamente sobre a proposta da pesquisa, sobre de que modo ela poderia ser interessante para a universidade e para aquela comunidade. No final, a pesquisa avançou em direção a um horizonte comum, e, hoje, um dos artistas com quem trabalhamos se interessa em cursar os componentes curriculares em nossa universidade.

Kastrup e Passos escrevem em **Pistas do método da cartografia II** que

o caráter participativo da pesquisa cartográfica reafirma o seu sentido de pesquisa-intervenção. Garantir a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa (...) significa fazer valer o protagonismo do objeto e a sua inclusão ativa no processo de conhecimento, o que por si só desestabiliza os modos de organização do conhecimento e das instituições marcados pela hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais. (KASTRUP, PASSOS; 2014, p. 26-27).

Aqui já não falamos da pesquisa como um caminho para a representação da realidade (um conceito, diga-se, inteiramente voltado para a noção de “verdade”), mas como processo de construção coletiva do real (KASTRUP, 2014, p. 15). Ao invés da dialética hegeliana, uma dialética da ordem do intelecto, estamos mais próximos da dialética materialista de Marx, aquela em que o pensar e o agir fundem-se numa só prática de transmutação do mundo. É precisamente esse desafio que uma proposta de pesquisa da ordem da cartografia nos coloca.

Como teria escrito Didi-Huberman numa analogia muito feliz em *Sobrevivência dos vaga-lumes*,

seria criminoso e estúpido colocar os vaga-lumes sob um projetor acreditando assim melhor observá-los. Assim como não serve de nada estudá-los, previamente mortos, alfinetados sobre uma mesa de entomologista ou observados como coisas muito antigas presas no âmbar há milhões de anos. Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista (...). (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52).

Contra a luz do âmbar (e o âmbar aqui pode mesmo ser a instituição de pesquisa, o método de pesquisa, ou simplesmente a busca exacerbada por uma objetividade que pouco tem a ver com o engajamento experimental da escrita marginal), a literatura e as práticas artísticas periféricas são ofuscadas, talvez falsamente esclarecidas, mas jamais convidadas à sua realização integral, ou melhor, a um agenciamento coletivo e processual de suas pretensões. E Didi-Huberman continua:

Assim como existe uma literatura menor – como bem o mostraram Gilles Deleuze e Félix Guattari a respeito de Kafka –, haveria uma *luz menor* possuindo os mesmos aspectos filosóficos: “um forte coeficiente de desterritorialização”; “tudo ali é político”; “tudo adquire um valor coletivo”, de modo que tudo fala das “condições revolucionárias” imanentes à sua própria marginalização (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52).

A literatura menor a que se referem Deleuze e Guattari, e que é aqui retomada por Didi-Huberman, nada tem a ver, obviamente, com a ideia de uma literatura menos importante ou de menor qualidade, mas sim contra hegemônica, marginal, presente naqueles territórios em que uma transmutação da linguagem, uma singularização ou um confronto da ordem estabelecida está sempre prestes a ocorrer em meio à indignação ou à necessidade de invenção. Assim é com o Rap, assim é com o Funk, assim é com a literatura periférica ou ainda com o pixo.

Deleuze e Guattari nos sensibilizam para a potência contida nas vozes destes “verdadeiros autores menores” que promovem “uma passagem para a linguagem, para a música, para a escrita”, servindo-se “do poli-linguismo na própria língua”, fazendo “desta um uso menor ou intensivo” ou “pontos de não-cultura (...) por onde uma língua se escapa, por onde um animal se enxerta, ou um agenciamento se conecta” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 54). Enfim, que buscam um sonho: “criar um devir-menor”.

O convite que a cartografia nos faz é para uma partilha do sensível em que o pesquisador se torna parte da comunidade, e não somente aquele que desvela uma realidade já dada e a representa. Jacques Rancière descreveu muito bem a importância de compreendermos uma tal partilha, notando que ela não é um privilégio da escrita ou da arte contemporânea:

a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. (...) É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2005, p. 16-17)

Contudo, é preciso ampliar as reflexões do filósofo francês. Não basta ao pesquisador *compreender* o jogo estético-político no horizonte das formas e das invenções sociais. A própria posição assumida pelo crítico ou estudioso nesse tempo e espaço do visível e do invisível é parte determinante dos processos de partilha do sensível. Precisamos, deste modo, pensar uma tal partilha a partir da posição da própria investigação que faz tal afirmação sobre um certo sensível. De fato, é necessário assumirmos também a responsabilidade, no tempo e no espaço, de construção do sensível junto aos artistas e ativistas. Se assim não for, corremos o risco de repetir a tragicômica história contada por Augusto Boal sobre a aproximação do CPC (Centro Popular de Cultura da UNE) junto ao campesinato brasileiro, que aqui replicamos de uma citação indireta de Regina Dalcastagnè em **O espaço da dor**:

numa apresentação teatral no Nordeste, os atores cantavam com entusiasmo uma música que dizia que “derramemos nosso sangue para defender a terra”. Ao final do espetáculo um camponês aproxima-se emocionado e diz que é aquilo mesmo que tem que ser feito. Os atores sentem, felizes, que conseguiram passar sua mensagem. O camponês explica que está havendo uma invasão e os convida a tomarem seus fuzis e a se juntarem à luta. Eles, aterrorizados, explicam que os fuzis são de mentira. O camponês diz que tudo bem, que os fuzis são de mentira, mas que os homens são de verdade, que ele tem os fuzis para lhes dar. Constrangidos, os atores explicam que são artistas e que não vão lutar. O camponês entende e completa: “Ah, então quando vocês falavam em derramar o nosso sangue era do nosso sangue que estavam falando”. (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 39-40).

Copiamos aqui essa pequena narrativa alegórica não para dizer que se não fazemos a revolução armada e derramamos nosso sangue, não há luta possível. Queremos dizer apenas que, no campo complexo dos discursos e das práticas atravessadas pela política, um apego acrítico à representação no lugar da ação direta sobre o real pode indicar uma postura inesperadamente conservadora ao dar àqueles que desejam interferir sobre o status quo a falsa percepção de que muito está sendo feito quando, na verdade, o que se faz ainda é pouco diante da demanda por participação e resistência. Aqui poderíamos nos valer do dito por Marx e Engels em **A sagrada família**: “idéias nunca podem levar além de um antigo estado de coisas. Apenas podem levar além das idéias do antigo estado de coisas. De resto, idéias nada podem realizar. Para a realização das idéias são necessários homens que ponham em jogo uma força prática” (MARX; ENGELS, 1987, p. 118).

Talvez não queiramos ir tão longe nessa suposição quanto Marx. Porque homens de força prática tampouco são desejáveis se tudo o que carregam são más idéias. Além do mais, as ideias podem se tornar ação ao reverberarem nas cabeças de poucos, de milhares ou de milhões, como as próprias ideias de Marx e Engels o fizeram e ainda o fazem. Contudo, enquanto nós, estudiosos, críticos, pesquisadores esperamos que nossos textos, cuidadosamente preparados e amadurecidos nos gabinetes, ainda cheguem, como outrora, como palavras de sabedoria amplamente divulgadas às massas ou às minorias, a realidade atual se mostra muito distinta. Os discursos se multiplicaram por milhares ou milhões, e as minorias já não se deixam facilmente conduzir pelo “alto” ou pelas abstrações puras das academias. Preferem e estão dispostas a colaborar com o lateral, o próximo, ou seja, o pensamento e a luta cotidiana em sua materialidade, em sua concretude. E é nesse sentido meio paradoxal que, talvez, possamos dizer que as periferias apreendem de forma indireta, no tempo atual, alguma coisa que resta nos ecos das propostas de Marx.

Seja como for, sem uma compreensão holística dos deslocamentos em curso nas artes e na escrita, por assim dizer, menores e engajadas, corre-se o risco de folclorizarmos a margem no âmbito do exotismo (ainda que um exotismo com valor literário) ou de um apego emotivo e cristão à fala do precarizado. Corre-se o risco ainda de simularmos uma luta, quando na verdade colocamos em curso mais um bem arquitetado processo de apropriação da riqueza das multidões. Tanto melhor, portanto, se o estudioso puder se aproximar de seu objeto e com ele constituir uma partilha, um plano comum de ação, contrariando a clássica postura distanciada do intelectual.

Se o pensamento ainda importa (como diriam Deleuze e Guattari, tudo que os homens de Estado desejam é uma derrocada do pensamento para assim poderem pensar por nós), achamos que a performance oral, engajada e multiplanar das margens pode ser mais bem compreendida num pensamento da ordem da cartografia, isto é, de um estar junto dos vagalumes, que lutam para deixar de ser objetos e se tornar também sujeitos portadores de testemunhos e reflexões sobre sua própria condição poética, linguística e política.

O estudioso pode, deste modo, expandir, ou melhor, se integrar à ecologia complexa que envolve a *performance* das comunidades e participar do agenciamento “maquínico” (DELEUZE e GUATTARI) colocado em curso por seus artistas. Eis o vislumbre de um novo paradigma não somente estético, mas também investigativo. O vislumbre de uma outra universidade possível, uma universidade inteiramente atravessada pelo saber comum e pela comunidade que a cerca.

## Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FERRÉZ (Org.). **Literatura marginal**: talentos da escrita periférica. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FONTOURA, Pâmela et. al. Sarau de poesia negra no extremo sul do Brasil. Estudos de literatura brasileira **contemporânea**, n. 49, p. 153-181, set./dez. 2016.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- KASTRUP, Virgínia; EDUARDO, Passos; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Tradução. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Tradução. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Sagrada Família**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Literatura marginal: questionamentos à teoria literária. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2 – Especial, p. 31-39, jul./dez. 2011.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Vozes marginais na literatura**. Tradução. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental; Ed. 34, 2005.
- RENA et. al. Cartografia enquanto método de investigação: uma conversa com Virgínia Kastrup. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, n. 2, vol. 2, dez. 2016.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. A rua, analisador da sociabilidade. In: **A rua no século XXI**. Materialidade urbana e virtualidade cibernética. Maceió, Alagoas: Edufal, 2014.

